



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Procuradoria Geral  
[www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br)

Ofício nº 355/2019-PGM/ADM

Vitória da Conquista, 04 de novembro de 2019.

Exmo. Senhor Vereador  
Ademilton Palmeira  
**Câmara Municipal de Vitória da Conquista**

Senhor Vereador,

Encaminhamos a V.S.<sup>a</sup> a CI. Nº 071/2019 – GABSEMDES, documento anexo, em atenção à Indicação nº 1116/2019, que solicita a inserção do Loteamento Vila Bem-Querer, no Programa Morar Legal, com intuito de promover a regularização fundiária de lotes e residências desta localidade.

Atenciosamente,

Paulo Maurício L. Araújo Jr  
**Procurador Municipal**  
OAB/BA 33.498 – Mat. 244370



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria de Desenvolvimento Social

[www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br)

C.I nº 071/2019 - GAB/SEMDES

Vitória da Conquista, 01 de Novembro de 2019.

Ao Senhor  
Paulo Maurício Lopes Junior  
Procurador Municipal

Em resposta à C.I nº 614/2019, Indicação de nº 1116 (Ademilton Palmeira), em que solicita a inserção do Loteamento Vila Bem-Querer, no Programa Morar Legal, com intuito de promover a regularização fundiária de lotes e residências desta localidade, informamos que o Município de Vitória da Conquista executa o Programa Municipal de Regularização Fundiária, em princípio, apenas em imóveis públicos municipais constantes do Anexo I da Lei 1.186/03, o qual não contém o Loteamento Vila do Bem Querer. Nesse sentido, a equipe de Regularização Fundiária da Diretoria de Habitação vai, em momento oportuno, avaliar o referido Loteamento com o objetivo de verificar se ele faz parte do acervo patrimonial do Município, bem como se atende aos demais requisitos legais para ser regularizado. Caso seja constatado que o Loteamento atende a todas as exigências legais, ele poderá vir a ser legalizado, a despeito de não constar do anexo I da Lei 1.186/03. A eventual regularização vai depender, todavia, da oportunidade e conveniência administrativas, uma vez que a referida Lei Municipal determina a legalização de outros 30 (trinta) assentamentos e ocupações populares. Na certeza de ter atendido satisfatoriamente ao requerimento feito, nos colocamos à disposição para prestar outras informações que, eventualmente, ainda se fizerem necessárias.

Desde já, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Michael Farias Alencar Lima  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social/Interino

RECEBIDO EM:  
04/11/2019  
Paulo X. Lima

SEMDES

Recebido - HOJE

Procuradoria Ge